



COVID-19 – Principais Medidas Excepcionais

Actualização a 13/04/2020

A. LINHAS DE CRÉDITO – COVID-19

A Linha de Apoio à Economia COVID-19 permite às empresas, dos sectores mais afectados pelas medidas de carácter extraordinário adoptadas para contenção da pandemia do novo coronavírus, Covid-19, financiarem em melhores condições de preço e de prazo, as suas necessidades de tesouraria. A linha prevê quatro linhas específicas abaixo indicadas:

1. COVID-19- Apoio à Actividade Económica – incluindo o sector das janelas e fachadas

- A quem se destina? Microempresas, PME, *small mid cap* e *mid cap* com:
 - situação líquida positiva no último balanço aprovado;
 - sem incidentes não regularizados junto da Banca e do Sistema de Garantia Mútua à data da emissão de contratação;
 - assumam o compromisso de manutenção dos postos de trabalho permanentes até 31 de Dezembro 2020, face ao comprovado número desses postos a 1 de Fevereiro de 2020
- Principais condições?
 - Montante máximo por empresa: até 2 Milhões de Euros.
 - Garantia: Até 90% do capital em dívida.
 - Prazo de operações: até 6 anos com carência de capital de até 18 meses
 - Spread bancário máximo: de 1,0% a 1,5% (varia de acordo com o prazo de duração)
- Para aceder a mais informações sobre a linha de crédito, aconselhamos a contactar os bancos protocolados.

B. FISCALIDADE [actualizado a 27/03/2020]

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 10-F/2020 que estabelece um Regime excepcional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia COVID-19.

1. Entrega do IVA e das retenções na fonte de IRS e IRC

No 2.º trimestre de 2020, as obrigações previstas no artigo 98.º do Código do IRS, no artigo 94.º do Código do IRC e no artigo 27.º do Código do IVA, podem ser cumpridas:

- a) Nos termos e nas datas previstos nos mencionados artigos; ou
- b) Em três ou seis prestações mensais, sem juros.

As prestações mensais relativas aos planos prestacionais referidos vencem-se da seguinte forma:

- a) A primeira prestação na data de cumprimento da obrigação de pagamento em causa;
- b) As restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes. Estão abrangidos os sujeitos passivos que:
 - tenham obtido um volume de negócios até 10.000.000,00€ em 2018;
 - cuja actividade se enquadre nos sectores encerrados nos termos do artigo 7.º do **Decreto n.º 2-A/2020**, de 20 de Março, na sua redacção actual;
 - tenham iniciado a actividade em ou após 1 de Janeiro de 2019, ou que tenham reiniciado actividade em ou após 1 de Janeiro de 2019, quando não tenham obtido volume de negócios em 2018.

Os sujeitos passivos não abrangidos podem igualmente requerer os pagamentos em prestações nele previstos, quando declarem e demonstrem uma diminuição da facturação comunicada através do E- fatura de, pelo menos, 20 % na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior. A demonstração da diminuição da facturação a que se refere no n.º 5 deve ser efectuada por certificação de revisor oficial de contas ou contabilista certificado

Os pedidos de pagamentos em prestações mensais são apresentados por via electrónica, até ao termo do prazo de pagamento voluntário. Os pagamentos em prestações abrangidos pelo presente decreto-lei não dependem da prestação de quaisquer garantias.

2. Diferimento do pagamento de contribuições sociais

Têm direito ao diferimento do pagamento de contribuições previsto no presente decreto-lei as entidades empregadoras dos sectores privado e social com:

- a) Menos de 50 trabalhadores;
- b) Um total de trabalhadores entre 50 e 249, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da facturação comunicada através do e-fatura nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido;
- c) Um total de 250 ou mais trabalhadores, desde que se trate de instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou que a actividade dessas entidades empregadoras se enquadre nos sectores encerrados nos termos do artigo 7.º do **Decreto n.º 2-A/2020**, de 20 de Março, ou nos sectores da aviação e do turismo, e desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da facturação comunicada através do e-fatura nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média do período de actividade decorrido.

Têm igualmente direito ao diferimento do pagamento de contribuições previsto no presente decreto-lei os trabalhadores independentes.

O número de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de Fevereiro de 2020.

3. Pagamento das contribuições diferidas

As contribuições da responsabilidade da entidade empregadora, devidas nos meses de Março, Abril e Maio de 2020, podem ser pagas nos seguintes termos:

- a) Um terço do valor das contribuições é pago no mês em que é devido;
- b) O montante dos restantes dois terços é pago em prestações iguais e sucessivas nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2020 ou nos meses de julho a Dezembro de 2020, sem juros.

As entidades empregadoras que já efectuaram o pagamento da totalidade das contribuições devidas em março de 2020, o diferimento previsto no presente artigo inicia-se em abril de 2020 e termina em junho de 2020.

O diferimento do pagamento de contribuições previsto no presente artigo não se encontra sujeito a requerimento, e não impede o pagamento integral das contribuições devidas pelas entidades empregadoras.

Em julho de 2020, as entidades empregadoras devem indicar na Segurança Social Directa qual dos prazos de pagamento previstos na alínea b) do n.º 1 pretendem utilizar.

Os requisitos do plano prestacional relativos à facturação, são demonstrados pela entidade empregadora durante o mês de Julho de 2020, conjuntamente com certificação do contabilista certificado da empresa.

O diferimento das contribuições devidas pelos trabalhadores independentes aplica-se aos meses de abril, maio e junho de 2020.

O prazo para pagamento das contribuições e quotizações devidas no mês de Março de 2020 termina, excepcionalmente, a 31 de março de 2020.

4. Adiamento e prorrogação do prazo de cumprimento de obrigações fiscais (declarativas e de pagamento) relativas ao IRC:

1. O adiamento do Pagamento Especial por Conta de 31 de março para 30 de junho;
2. A prorrogação da entrega do Modelo 22 (Declaração de IRC + Pagamento/acerto) para 31 de julho;
3. A prorrogação do primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta de 31 de julho para 31 de agosto.

c. MORATÓRIA DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS

[actualizado em 27/03/2020]

Foi publicado o Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, que estabelece medidas excepcionais de protecção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Entidades beneficiárias

Beneficiam das medidas previstas no presente decreto-lei:

1. as empresas que preencham cumulativamente as seguintes condições:
 - a. Tenham sede e exerçam a sua actividade económica em Portugal;
 - b. Sejam classificadas como microempresas, pequenas ou médias empresas;
 - c. Não estejam, a 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade, e não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos, ou naquela data estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
 - d. Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.
2. **as pessoas singulares, relativamente a crédito para habitação própria permanente** que, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º1, tenham residência em Portugal e estejam em situação de isolamento profiláctico ou de doença ou prestem assistência a filhos ou netos, ou que tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial, em situação de desemprego registado no IEFP, bem como os trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da actividade económica de trabalhador independente, e os trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou actividade tenha sido objecto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência;
3. **os empresários em nome individual**, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social, que, à data de publicação do presente decreto-lei, preencham as condições referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1 e tenham domicílio ou sede em Portugal.
4. **as demais empresas independentemente da sua dimensão**, que, à data de publicação do regime, preencham as condições referidas nas alíneas a), c) e d) do n.º 1, excluindo as que integrem o sector financeiro.

Moratória

As entidades beneficiárias do presente decreto-lei beneficiam das seguintes medidas de apoio relativamente às suas exposições creditícias contratadas junto das instituições:

- a) **Proibição de revogação, total ou parcial, de linhas de crédito contratadas e empréstimos concedidos**, nos montantes contratados à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, durante o período em que vigorar a presente medida;
- b) **Prorrogação**, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, **de todos os créditos com pagamento de capital no final do contracto**, vigentes à data de entrada em vigor do presente decreto-lei, juntamente, nos mesmos termos, com todos os seus elementos associados, incluindo juros, garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;
- c) **Suspensão**, relativamente a **créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias**, durante o período em que vigorar a presente medida, **do pagamento do capital, das rendas e dos juros** com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contracto, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contractos abrangidos pela medida, incluindo garantias.

A extensão do prazo de pagamento de capital, rendas, juros, comissões e demais encargos referidos nos pontos b) e c) acima indicados não dá origem a qualquer:

- a) Incumprimento contratual;
- b) Activação de cláusulas de vencimento antecipado;
- c) Suspensão do vencimento de juros devidos durante o período da prorrogação, que serão capitalizados no valor do empréstimo com referência ao momento em que são devidos à taxa do contracto em vigor;
- d) Ineficácia ou cessação das garantias concedidas pelas entidades beneficiárias das medidas ou por terceiros, designadamente a eficácia e vigência dos seguros, das fianças e/ou dos avals.

A prorrogação das garantias, designadamente de seguros, de fianças e/ou de avals referidos nos números anteriores não carece de qualquer outra formalidade, parecer, autorização ou acto prévio de qualquer outra entidade previstos noutro diploma legal e são plenamente eficazes e oponíveis a terceiros, devendo o respectivo registo, quando necessário, ser promovido pelas instituições, com base no disposto no presente decreto-lei, sem necessidade de apresentação de qualquer outro documento e com dispensa de tracto sucessivo.

Acesso à moratória

Para acederem à moratória, as entidades beneficiárias remetem à instituição mutuante uma declaração de adesão à aplicação da moratória, no caso das pessoas singulares e dos empresários em nome individual, assinada pelo mutuário e, no caso das empresas assinada pelos seus representantes legais.

A declaração é acompanhada da documentação comprovativa da regularidade da respectiva situação tributária e contributiva.

As instituições aplicam as medidas de protecção previstas no prazo máximo de cinco dias úteis após a recepção da declaração e dos documentos comprovativos necessários, com efeitos à data da entrega da declaração.

D. LAY-OFF SIMPLIFICADO

O Decreto-Lei n.º 10-G/2020 de 26 de Março veio estabelecer um regime de “lay-off simplificado”.

E. TRABALHADOR INDEPENDENTE E SÓCIOS-GERENTES DE EMPRESAS SEM TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM [actualizado a 13/04/2020]

O apoio extraordinário à redução da actividade económica dos trabalhadores independentes, em exclusividade e que não sejam pensionistas, sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva em pelo menos 3 meses seguidos ou seis meses interpolados há pelo menos 12 meses, é concedido:

- Em situação comprovada de paragem total da sua actividade ou da actividade do respectivo sector, em consequência da pandemia da doença COVID-19; ou

Mediante declaração do próprio conjuntamente com certidão do contabilista certificado que o ateste, em situação de quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da facturação no período de 30 dias anterior ao do pedido junto da Segurança Social, com referência à média mensal dos 2 meses anteriores a esse pedido, ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média desse período.

Durante o período de aplicação desta medida, o trabalhador independente tem direito a um apoio financeiro com duração de 1 mês, prorrogável mensalmente, até um máximo de 6 meses correspondente:

- Ao valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, com o limite máximo do valor do IAS (438,81€) nas situações em que o valor da remuneração registada como base de incidência é inferior a 1,5 IAS (658,22€);
- A dois terços do valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, com o limite máximo do valor da RMMG (635,00€), nas situações em que o valor da remuneração registada é superior ou igual a 1,5 IAS.

O apoio financeiro é pago a partir do mês seguinte ao da apresentação do requerimento.

Enquanto se mantiver o pagamento do apoio extraordinário, o trabalhador independente mantém a obrigação da declaração trimestral quando sujeito a esta obrigação.

O apoio concedido aos trabalhadores independentes é também aplicado, com as necessárias adaptações, aos sócios-gerentes de sociedades sem trabalhadores por conta de outrem, que estejam exclusivamente abrangidos pelos regimes de segurança social nesta qualidade e que, no ano anterior, tenham tido uma **facturação comunicada através do E-fatura inferior a 60.000€**.

O apoio extraordinário não é cumulável com outros apoios previstos em virtude da pandemia (por ex. isolamento profiláctico; subsídio de doença; subsídios de assistência a filho e neto), nem confere o direito à isenção do pagamento da contribuição à Segurança Social.

As circunstâncias de paragem total da actividade ou da actividade do respectivo sector, em consequência da pandemia da doença COVID-19, do trabalhador independente e do sócio-gerente, são atestadas mediante declaração do próprio sob compromisso de honra, ou do contabilista certificado, no caso de estarem enquadrados no regime de contabilidade organizada.

F. ARRENDAMENTO [actualizado a 13/04/2020]

1) Regime excepcional para situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contractos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional

Foi publicada a Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, que aprova um regime excepcional para situações de mora no pagamento de rendas urbanas habitacionais e não habitacionais, aplicando-se igualmente a outras formas contratuais de exploração de imóveis.

Arrendamentos não habitacionais:

O arrendatário poderá diferir o pagamento das rendas vencidas nos meses em que vigore o estado de emergência e no primeiro mês subsequente, para os 12 meses posteriores ao término desse período, em prestações mensais não inferiores a um duodécimo do montante total, pagas juntamente com a renda do mês em causa, nos seguintes casos:

- a)** Estabelecimentos abertos ao público destinados a actividades de comércio a retalho e de prestação de serviços encerrados ou que tenham as respectivas actividades suspensas ao abrigo do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou por determinação legislativa ou administrativa, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua redacção actual, ou ao abrigo da Lei de Bases da Protecção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redacção actual, da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, ou de outras disposições destinadas à execução do estado de emergência, incluindo nos casos em que estes mantenham a prestação de actividades de comércio electrónico, ou de prestação de serviços à distância ou através de plataforma electrónica;
- b)** Estabelecimentos de restauração e similares, incluindo nos casos em que estes mantenham actividade para efeitos exclusivos de confecção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, nos termos previstos no Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou em qualquer outra disposição que o permita.

A falta de pagamento das rendas que se vençam nos meses em que vigore o estado de emergência e no primeiro mês subsequente, não poderá ser invocada como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contractos, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis.

Disposições gerais:

A presente lei é aplicável às rendas que se vençam a partir do dia 1 de abril de 2020.

A indemnização por atraso no pagamento de rendas que se vençam nos meses em que vigore o estado de emergência e no primeiro mês subsequente, não é exigível sempre que se verifique o enquadramento do arrendatário nas situações previstas neste diploma.

A cessação do contracto por iniciativa do arrendatário torna exigível, a partir da data da cessação, o pagamento imediato das rendas vencidas e não pagas, nos termos da presente lei.

2) Regime extraordinário e transitório de protecção dos arrendatários

Foi publicada a **Lei n.º 4-A/2020**, de 6 de abril, que alterou o regime extraordinário e transitório de protecção dos arrendatários previsto na **Lei n.º 1-A/2020**, de 19 de março.

Durante a vigência das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infecção epidemiológica por SARS -CoV-2 e da doença COVID -19, conforme determinada pela autoridade de saúde pública e até 60 dias após a cessação de tais medidas nos termos do n.º 2 do artigo 7.º da presente lei, ficam suspensos:

- a) A produção de efeitos das denúncias de contractos de arrendamento habitacional e não habitacional efectuadas pelo senhorio;
- b) A caducidade dos contractos de arrendamento habitacionais e não habitacionais, salvo se o arrendatário não se opuser à cessação;
- c) A produção de efeitos da revogação, da oposição à renovação de contractos de arrendamento habitacional e não habitacional efectuadas pelo senhorio;
- d) O prazo indicado no artigo 1053.º do Código Civil, se o término desse prazo ocorrer durante o período de tempo em que vigorarem as referidas medidas;
- e) A execução da hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente do executado.

São ainda suspensas as acções de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa, até à cessação da situação excepcional de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infecção epidemiológica por SARS -CoV-2 e da doença COVID -19, a decretar em data a definir por decreto-lei, no qual se declara o termo da situação excepcional.



ATENÇÃO!

A leitura da presente informação não dispensa a consulta dos referidos diplomas.